



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Aline de Oliveira Félix

**OS DESAFIOS DO EDUCADOR FRENTE AO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA**

**GUARABIRA-PB
2017**

ALINE DE OLIVEIRA FÉLIX

OS DESAFIOS DO EDUCADOR FRENTE AO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA

Artigo apresentado na Disciplina de TCC como requisito básico para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora Professora Ma. Débora Regina Fernandes Benicio

GUARABIRA-PB
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

F213d Félix, Aline de Oliveira

Os desafios do educador frente ao processo de ensino e aprendizagem do aluno autista / Aline de Oliveira. – Guarabira: UEPB, 2017.

20 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício”.

1. Inclusão Escolar. 2. Autismo. 3. Educação Especial.
I.Título.

22.ed. CDD 371.9

ALINE DE OLIVEIRA FÉLIX

OS DESAFIOS DO EDUCADOR FRENTE AO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Artigo), apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Aprovação em 31/07/17

Débora Regina Fernandes Benício
Professora Me. Débora Regina Fernandes Benício
(UEPB Campus III – DE) – Orientadora

Verônica Pessoa da Silva
Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva
Examinador(a)

Aline de Fátima da Silva Araújo
Profa. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo
Examinador(a)

GUARABIRA-PB

2017

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões sobre o papel do educador frente aos desafios no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com síndrome do espectro autista na atualidade. Aborda a necessidade de formação deste indivíduo desde o Início do desenvolvimento psicossocial, pois é na infância que se constrói os seus laços sociais e culturais, o que lhe ajudará a desenvolver o senso de interação no meio social. Para efetivação do estudo foram consultados autores tais como: Mantoan (2015), Orrú (2006), ASA - Autism Society of América (1999), Rogalski (2010), Lima (2006), Vieira (2002) entre outros. O referido trabalho aborda, no seu aporte teórico: história da educação inclusiva no Brasil, inclusão educacional de alunos autistas e sobre o papel do educador na formação educacional dos alunos com síndrome do espectro autista. Utiliza como procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. Conclui que é necessária uma parceria entre governo, educadores e coordenadores das escolas para que esses desafios possam ser enfrentados. E que favoreçam o desenvolvimento desse aluno com necessidades especiais.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Autismo. Educação Especial.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	8
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM SINDROME DO ASPECTO AUTISTA.....	11
3.1	O PAPEL DO EDUCADOR NA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA.....	14
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
	REFERÊNCIAS.....	18

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade é necessário discutir o papel do educador frente aos desafios emergentes para a formação dos alunos com necessidades especiais. Essa pesquisa aborda a questão das necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem dos alunos autistas.

É preciso ressaltar a necessidade de formação deste indivíduo desde o início do desenvolvimento psicossocial, pois é na infância que se constrói os seus laços sociais e culturais, o que lhe ajudará a desenvolver o senso de interação no meio social.

De forma geral, a educação escolar contribui significativamente para o desenvolvimento social da criança com síndrome do espectro autista, que inicia seu processo de socialização nesse espaço, tendo em vista o contato com outras crianças e com o professor.

Diante do exposto, partiu-se das seguintes problematizações para iniciar essa pesquisa:

- a) Qual o papel do educador na formação do aluno autista?
- b) Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência no Brasil?
- c) Quais as práticas utilizadas pelos educadores que favorecem o desenvolvimento educacional dos alunos autistas?

A partir das problematizações, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa:

Analisar o papel do educador na formação do aluno autista.

Como objetivos específicos estabeleceram-se os seguintes:

- a) Refletir o perfil do educador frente ao processo de ensino-aprendizagem do aluno com síndrome do espectro autista.
- b) Identificar como ocorre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil;
- c) Verificar quais as práticas utilizadas pelos educadores que favorecem o desenvolvimento educacional dos alunos autistas.

O autismo, segundo Orrú (2006, p. 2) é uma "síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento". Tem como característica sintomática a tendência ao isolamento. De acordo com a ASA - Autism Society of América (1999), "o autismo é um distúrbio de desenvolvimento, permanente e severamente incapacitante". Contudo, embora haja limitações e inabilidades, antes de ser autista, esse indivíduo é um ser humano.

A motivação de pesquisar o tema em questão surgiu após verificar a pouca literatura explorada a respeito do assunto, além de uma experiência prática que obtive no estágio com um aluno autista.

Para o desenvolvimento do aporte teórico foi necessário realizar um levantamento bibliográfico acerca das seguintes temáticas: história da educação inclusiva no Brasil, inclusão educacional de alunos autistas e sobre o papel do educador na formação educacional dos alunos com síndrome do espectro autista, através de consultas a fontes de informação impressas e eletrônicas. A metodologia da pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. Além disso, acredita-se que a pesquisa poderá instigar futuras pesquisas sobre o tema em questão.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

É importante contextualizar o surgimento da Educação Inclusiva no Brasil. Foi a partir de 1970 que a educação inclusiva começou a ser discutida e o governo começou a criar políticas, instituições de ensino, órgãos normativos que favorecem a promoção da educação para as pessoas com deficiências.

Segundo Rogalski (2010, p.3) “educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio”. Dessa forma, percebe-se a importância de assegurar a educação às pessoas com deficiências para que essas possam se integrar a sociedade com mais dignidade, buscando romper os preconceitos existentes.

Nesse contexto, a “Educação Especial surge como parte de uma proposta de educação para todos, que denunciava a discriminação e exclusão social”. (LIMA, 2006, p. 28). As crianças com deficiências até a década de 1960 não eram atendidas pelo sistema regular, e a Educação Especial não recebia todas as crianças. Além de não aprender e não se desenvolver muito, pois o sistema de ensino era mecânico e repetitivo.

Diante dessa necessidade surgem discussões sobre a necessidade de incluir as crianças com deficiências nas escolas regulares. Lima (2006, p. 30) afirma que:

As discussões em torno da implementação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e de diversos instrumentos legais intensificam as reivindicações no sentido de se estimular a participação das pessoas com necessidades especiais na escola comum, ficando expressa a necessidade de ruptura com o sistema vigente, avaliado como segregador para a maioria dos alunos.

Dessa forma, percebe-se que o aluno com deficiência deve ter seu direito à educação garantido nas escolas regulares. Essas escolas devem efetivar as matrículas desse tipo de aluno e garantir que eles recebam um ensino de qualidade.

O processo de inclusão é desafiador tanto para o educador, quanto para as instituições. Apesar dos avanços ainda existem muitas barreiras que

dificultam esse processo, principalmente nas escolas públicas e periféricas, onde os investimentos são menores, dificultando a oferta de um ensino de qualidade para esse tipo de aluno. Vieira (2002, p. 6) aponta quais os tipos de alunos com deficiências são atendidos nas escolas regulares: “alunos com deficiências sensoriais (auditiva e visual), alunos com deficiências físicas e de locomoção, alunos com chamadas deficiências mentais de graus variados e algumas pessoas com síndrome do Autismo e Down”.

Diante dessa demanda percebe-se a necessidade de se promover ações que viabilizem esse tipo de educação, Sasaki (1998, p. 9) considera indispensável:

O treinamento dos atuais e futuros professores comuns e especiais. Esses treinamentos deverão focar os conceitos inclusivos como autonomia, independência, equiparação de oportunidades, inclusão social, modelo social da deficiência, rejeição zero e vida independente.

Percebe-se o desafio de capacitar os educadores para lidar com as diferenças de cada tipo de alunos com deficiências. Além dessa capacitação muitos conhecimentos serão adquiridos através das atividades práticas na vida do cotidiano com cada aluno, pois a teoria permitirá conhecer o assunto, mas só a prática viabilizará o verdadeiro entendimento sobre a educação inclusiva. Díez (2010, p. 17) apresenta a seguinte definição para inclusão “[...] pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas”. Essa ideia de que todos devem ser atendidos em um sistema único de educação é importante, mas é necessário muitos investimentos para que isso aconteça de fato.

Além disso, a educação inclusiva perpassa questões sociais, pois ela estabelece como os indivíduos devem interagir com aqueles que possuem limitações no seu processo de aprendizagem. E como os estudantes devem lidar com as diferenças, aceitando e respeitando o próximo para assim construir uma sociedade justa e igualitária.

Para que esse tipo de educação aconteça de fato é necessário um apoio colaborativo e inclusivo. É necessário que o currículo seja adaptado às necessidades dos alunos com deficiências. Segundo Bock e Rios (2010, p. 26)

[...] Esse apoio que não só vai dirigido ao aluno com necessidades especiais, mas sim também é um apoio aos professores, à família e à comunidade educativa, a todo alunado que em um momento determinado precisa de uma ajuda mais específica.

Mais do que inserir o aluno com deficiência é necessário favorecer sua interação com os demais indivíduos e contribuir para o seu desenvolvimento educacional, promovendo sua independência.

A gestão da escola também tem um papel importante, pois com uma gestão democrática e participativa será possível promover projetos e decisões que favoreçam ações pedagógicas e sociais. Fazendo com que cada um possa se desenvolver.

A seguir se discute as questões que envolvem a inclusão das pessoas com síndrome do espectro autista, que é o objeto de estudo dessa pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM SINDROME DO ESPECTRO AUTISTA

A inclusão se dá a partir da interação com o outro e o meio, desta forma a criança vai progredir, mas se conviver apenas com pessoas iguais a elas ficará limitada. Segundo Lima (2006, p. 24):

[...] a inclusão – cuja prática se iniciou na década de 1980, desenvolvendo-se nos anos 90 – propõe a modificação da sociedade para torná-la capaz de acolher todas as pessoas. No plano educacional, as escolas comuns e especiais precisam ser reestruturadas para atender a todo tipo de diversidade: pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas.

Algumas conseguem ter habilidades incríveis outras específicas, mas, não menos importantes, devendo ser trabalhadas em conjunto, família, comunidade escolar e especialistas, afim de prepará-las para convivência no meio social.

As clínicas especializadas possuem técnicas e métodos consideradas por algumas pessoas muito eficientes a exemplo do método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children) e o ABA (Applied Behavior Analysis) os quais ensinam as práticas diárias.

Figura 1 – Método TEACCH



Fonte: Slide Shere (2017).

E o método PECS (Picture Exchange Communication System) utiliza cartões para formar frases, afim de que eles memorizem. Porém, para que haja inclusão é preciso inserir a criança autista em todos os ambientes o que não se aplica para a criança com o grau mais severo.

Para tanto, foi criada a lei Berenice Piana, de proteção do direito de pessoas com autismo, sancionada pela presidente Dilma Rouseff. A referida lei (nº 12.7764, criada em 2012) estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos de Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o que garante a obrigatoriedade da matrícula em escola regular, a acomodação do ambiente e do currículo escolar, a elaboração de programas de ensino individualizado e o oferecimento de profissionais de apoio para os alunos.

Além da ética, compromisso e profissionalismo dos professores, os pais devem cobrar da Instituição de ensino um trabalho que envolva o acesso da equipe clínica à escola.

Segundo Moraes¹ (2016, p.1) os desafios são muitos:

Desde o diagnóstico precoce à escola inclusiva; a centros de atendimentos específicos; a residências assistidas; à alimentação, que precisa ser diferenciada e à suplementação. Precisamos trabalhar também em relação ao excesso de medicamentos.

Atualmente conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), este transtorno engloba o de autismo, o degenerativo da infância, o de Asperger e o invasivo do desenvolvimento, que é uma doença multifatorial tendo sua etiologia ligada a vários fatores: genéticos, ambientais, imunológicos e neurológicos. É uma falha no cromossomo do desenvolvimento humano, vem sendo estudado pela ciência há várias décadas, mas mesmo dentro do campo científico há muitas divergências no que diz respeito à sua definição.

O Transtorno do Espectro Autista afeta, principalmente, as crianças do sexo masculino tendo como fatores mais prejudicados a comunicação, socialização e o comportamento. Há ainda a dificuldade de expressar e compartilhar os acontecimentos em sua volta ou percebê-los, expressar o que pensa ou sente nas mais diversas situações, manias, posturas ou atos repetitivos, interesses restritivos independente de local ou público em sua volta.

¹ Claudia Moraes, coordenadora no estado do Rio de Janeiro do Movimento Orgulho Autista do Brasil (MOAB).

A maioria das crianças com Autismo tem distúrbios sensitivos e perceptivos visuais, auditivos e de sensibilidade na pele, levando a uma elevada sensibilidade para barulhos, ruídos específicos, luzes, agrupamento de pessoas e para determinadas cores e formas de ambientes, podem ter baixa percepção para face humana e interpretação global das funções dos brinquedos. Enfim ignorar momentos de controle social como regras e rotinas dos lugares onde visita.

Foi descrito no Manual de Transtornos Mentais (DSM) o qual tem expressiva importância nos parâmetros clínicos dos diagnósticos de transtornos neuropsiquiátricos em todo o mundo. Este descreve o como CID 10, em geral, um distúrbio de desenvolvimento que leva a severos tipos de comportamentos desde os gestos repetitivos, isolamento e olhar distante, que tipicamente se iniciam nos primeiros anos de vida, sendo melhor identificado depois dos três anos de idade.

É muito importante entender e reconhecer que este comportamento é irresistível, incontrolável, sem intencionalidade e que pode ser, se nada feito, em idades tardias, irreversível. Muitas crianças com autismo podem ter surpreendente evolução e até “sair” do espectro, mas isto depende de muitos fatores dentre eles o diagnóstico precoce, especialmente abaixo dos três anos de idade, o acompanhamento especializado, e a parceria entre a comunidade escolar e a família.

Até recentemente, muitos pediatras nem sequer conheciam aspectos básicos do perfil das crianças autistas resultando em identificações tardias, muitos ainda temem revelar aos pais que seu filho pode sê-lo. Nos EUA, país onde a saúde mental é encarada como doença crônica devastadora e com severas consequências emocionais e econômicas, os pediatras podem sofrer processos e perda de sua licença médica se for demonstrado que o mesmo não identificou sintomas autísticos em crianças até um ano e meio. No Brasil ainda engatinha o diagnóstico do TEA, pois, é feito através de avaliação do quadro clínico. Não existem testes laboratoriais para instrumentalizar a avaliação. São utilizadas escalas, critérios e questionários, o que retarda ainda mais o atendimento por especialistas.

De acordo com Santos (2008, p. 2):

O diagnóstico do autismo é clínico pois ainda não existem exames que possam contribuir significativamente para o diagnóstico, apesar de já haverem estudos que apontam no sentido de algumas anormalidades em determinados cromossomos indicarem uma ligação com o autismo, mais isto ainda não é utilizado para uma confirmação de diagnóstico.

Segundo pesquisas existem diversas causas que provocam o TEA dentre eles estão a combinação de diferentes genes, a hereditariedade e como também fatores ambientais que estão relacionados ao desenvolvimento do feto como estresse, infecções e exposição a substâncias químicas e tóxicas, complicações durante a gravidez, desequilíbrio metabólicos, além de infecções maternas ou a medicação que se recebe antes e após o nascimento (SABARÁ, 2010).

A incidência atualmente no mundo segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) é de 70 milhões de autistas. “No Brasil estima-se que a cada 150 crianças que nascem 1 tem autismo” (Informação Verbal)². Em 18 de dezembro de 2007 foi criado pela ONU o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, no intuito de conscientizar e alertar a sociedade sobre os preconceitos que envolvem as pessoas com esse transtorno. Infelizmente a sociedade ainda sofre muito por falta de informação sobre este assunto.

3.1 O PAPEL DO EDUCADOR NA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA

O educador é sem dúvidas o principal ator que promove a educação do aluno com deficiência. Para tanto é necessário que este esteja preparado. As capacitações e cursos de extensão, como especializações favorecerão esse processo de formação. Mas, além disso, é necessário que esse profissional esteja aberto a aprender com a prática. Orrú (2006, p. 8) afirma que:

Assim, o educador aprende a refletir-na-ação a partir do instante em que começa a fazê-lo. Essa atitude permitir-lhe-á perceber, organizar, transformar e reestruturar suas ações quer sejam a nível intencional, estratégico ou hipotético. Então, sim, obter-se-á uma educação

² Informação concedida pelo Dr. Estácio Amaro na Palestra sobre o Autismo: “Conhecer para Acolher” no dia 03 de abril de 2017.

diferente, não por imposição ou por modismo, mas apoiada na prática reflexiva de seus professores.

A prática reflexiva faz-se necessária em um contexto também de poucos investimentos para atender essa demanda. Segundo Mantoan (2015, p.81): “[...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda”.

Nessa perspectiva a autora aponta que é necessário que o professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, como também os licenciados, além da formação em serviço nas escolas, necessitam de uma formação em educação inclusiva e que possa ser contemplada nas disciplinas que compõem o currículo desses cursos de graduação (MANTOAN, 2015). Para atender essa demanda as redes de ensino têm promovido fóruns, encontros e seminários de forma a fomentar o debate sobre a educação inclusiva.

No contexto dos alunos com síndrome do espectro autista, Cruz (2014, p. 47) afirma que:

É fundamental a criação de relações de confiança, respeito e comunicação com outros, para que o sujeito se torne participativo na cultura e sinta a necessidade de se desenvolver, do contrário as tentativas parecem ser inúteis.

Nesse sentido, as possibilidades educacionais encontram-se atreladas à compreensão do educador e da escola em relação aos sujeitos que educam e aos serviços que prestam. As dificuldades de interação e inserção cultural para as pessoas com deficiências são maiores e mais complexas do que para os sujeitos com desenvolvimento normal.

Carlo aponta (1999, p.75) vários fatores que auxiliam na construção de meios especiais para seu desenvolvimento:

A escola deve dirigir seus esforços à criação positiva de formas de trabalho que levem o sujeito a vencer as dificuldades criadas pela deficiência. Vygotski sugere que a educação seja fundamentalmente (organicamente) de caráter coletivo e esteja baseada em métodos, procedimentos e técnicas especiais, mas suas metas não devem ser distintas daquelas do ensino comum, já que no desenvolvimento de pessoas com deficiência atuam as mesmas leis gerais do desenvolvimento considerado como normal.

Dessa forma, é necessário que essas pessoas sejam educadas com metas semelhantes às propostas para as pessoas ditas normais, relacionando-se estreitamente com sua comunidade para alcançar uma efetiva inserção social. É um processo desafiador para o educador as ações que devem ser desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos com autismo.

O aluno com autismo tende ao isolamento e para tirá-lo desse estado é necessário que o educador tenha um bom relacionamento com o mesmo. Por isso é importante que o professor tenha uma boa postura e uma expressão interessante para cativar esse aluno. Orrú (2006, p. 9) afirma que:

Pessoas com autismo manifestam dificuldades para manter relações. Aqui, o termo 'relações' abrange desde um determinado indivíduo, objeto e, até mesmo, determinados momentos ou situações em que se encontram inseridas. Para tanto, é importante que o aluno tenha previsibilidade dos acontecimentos diários. Isto não quer dizer que, por um dado motivo, o educador não possa fazer alterações em seu planejamento. Contudo, em geral, o ser humano sente-se bem quando é respeitado e aprecia o momento em que é avisado sobre a impossibilidade de realização de um compromisso, anteriormente, marcado. Semelhante coisa acontece com a pessoa autista.

Nesse sentido, é importante que o educador planeje suas atividades e que mantenha o aluno com autismo também informado do que acontecerá. Verifica-se na literatura a sugestão de criar agendas para os alunos autistas para que esses sintam-se incluídos nas atividades que serão realizadas.

Para que o processo de ensino e aprendizagem do aluno autista aconteça é necessário que o educador esteja preparado e tenha muita disposição para encarar os desafios emergentes dessa situação. Pois ainda há muito o que se fazer por parte dos governos, para atender a essa demanda de pessoas com necessidades especiais. O que dificulta ainda mais o trabalho do educador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribuiu para instigar o debate sobre o tema na área da Pedagogia. Diante do exposto, percebe-se que existem muitas lacunas para serem atendidas quanto ao processo de formação dos alunos com síndrome do espectro autista. Para tanto, faz-se necessário que haja uma parceria entre governo, educadores, coordenadores das escolas, família e a equipe clínica para que esses desafios possam ser enfrentados. E que favoreçam o desenvolvimento desse aluno com deficiência.

Além disso, sugere-se que sejam criadas disciplinas nos cursos de graduação da área de educação, assim como nas licenciaturas que busquem discutir essa questão da inclusão das pessoas com deficiências. Pois mais do que inclui-los é necessário integrá-los a sociedade de forma que eles possam estabelecer relações sociais e profissionais.

Nesse contexto, a interação do professor e a disponibilidade em entender o universo do outro, que possui algum tipo de deficiência, são fatores preponderantes para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

Não podemos deixar de mencionar a falta de mais políticas públicas que discutam esse assunto de forma mais eficaz. Como a educação é um direito básico de todo indivíduo é necessário lutar para que esses os alunos com deficiências tenham seus direitos garantidos na prática, a exemplo do cuidador que é a pessoa que auxilia o professor na sala de aula desde a execução de tarefas didáticas a higienização e até mesmo para não sofrerem bullying. Mas, são poucos municípios e Estados que disponibilizam este profissional para ajudar o professor.

Portanto, é dever de toda sociedade cobrar o direito a educação dos alunos com deficiência na rede regular de ensino. E os profissionais da educação devem cobrar soluções do Governo para atender tal demanda, apoiando os pais nessa jornada árdua de educar um indivíduo.

ABSTRACT

This article presents the role of the educator in the face of the challenges in the teaching-learning process of the students with autistic spectrum syndrome today. It addresses the need for the formation of this individual since the beginning of psychosocial development, since it is in childhood that his social and cultural ties are built, which will help him to develop a sense of interaction in the social environment. Authors such as: Mantoan (2015), Orrú (2006), ASA - Autism Society of America (1999), Rogalski (2010), Lima (2006) and Vieira (2002) among others. In this paper, the author discusses the history of inclusive education in Brazil, the educational inclusion of autistic students and the role of the educator in the educational training of students with autistic spectrum syndrome. It uses as methodological procedures the bibliographic research of an exploratory nature. It concludes that a partnership between government, educators and school coordinators is necessary for these challenges to be addressed. And that they favor the development of this student with special needs.

Keywords: School inclusion. Autism. Special education

REFERÊNCIAS

BOCK, Geisa Leticia Kempfer; RIOS Grasiela Maria Silva. Atendimento educacional especializado para deficiência física. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. v.5, n.1, p.16-25. Jan./jul. 2010.

SABARÁ Hospital Infantil. **Manual para síndrome de Asperger**. Disponível: <<http://autismo.Institutopensi.org.br/informe-se/sobre-o-autismo/causa-do-autismo/>>. Acesso: 22 jul. 2017.

CRUZ, Talita. **Autismo e inclusão**: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. v.5, n.1, p.16-25. Jan./jul. 2010.

DE CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado. **Se essa casa fosse nossa**: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.

LEI Nº 12.674 de dezembro de 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MELLO, Ana Maria et al. **Retratos do autismo no Brasil**. Disponível: <www.amia.org.br/site/images/home/Downloads/RetratoDoAutismo.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016.

NEUROSABER. Disponível em: <<http://www.neurosaber.com.br/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do Ideau**, Quatro Irmãos/RS, v.5, n.12, dez./jul. 2010. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016

SASSAKI, R. K. Entrevista. **Revista Integração**. Brasília: MEC/SEESP, v.8, n. 20, p. 8-10. 1998.

SANTOS, A.M.T(2008) Autismo: **Desafios na alfabetização e no convívio escolar**. Centro de referência em distúrbios da aprendizagem. Disponível em: <<http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade**. 2002. 10f. Artigo (Pós-graduação em Educação Inclusiva e Inspeção Escolar) – Faculdade Redenção. Disponível em: <https://www.posgraduacaoredentor.com.br/hide/path_img/conteudo_542346c163783.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

UM DE cada 55 bebês nasce com autismo no Brasil. **A voz da cidade**. 2016. Disponível em: <<http://avozdacidade.com/site/noticias/cidades/51990/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.